

**A LINGUAGEM ANÁRQUICA DE ROLAND BARTHES
EM DOIS MOMENTOS:
AULA E O GRAU ZERO DA ESCRITA**

Regina Céli Alves da Silva (UERJ)
reginaceli@click21.com.br

1. *Sobre linguagem e anarquismo: introdução*

O sintagma de abertura do título deste trabalho, “a linguagem anárquica”, leva-nos, de imediato, a uma explicação a respeito do adjetivo que o compõe. Afinal, o termo comporta, como verificamos ao consultar os dicionários, pelo menos duas acepções: “aquilo que está sem governo ou autoridade; desordem consequente dessa ausência” (AULETE, 2007, p. 57). Quanto ao substantivo que lhe corresponde, anarquismo, encontramos: “teoria política que rejeita o governo e a autoridade do Estado” (*Ibidem*). Como o sentido que lhe atribuímos aqui está ligado a essa segunda opção, ou seja, à teoria política conhecida como anarquista, necessário será um esclarecimento mais amplo e aprofundado acerca desta.

Para isso, contaremos com os apontamentos de George Woodcock, no estudo dedicado ao anarquismo, suas ideias e seus movimentos (1983). Logo no prólogo, devido mesmo à confusão existente em torno das palavras anarquismo, anarquista, anarquia, o autor se preocupa em esclarecê-las, de forma que aquele (des) entendimento generalizado, que liga o anarquismo à desordem, ao caos, seja desfeito. Assim, diz ele:

Anarchos, a palavra grega original, significa apenas “sem governante” e assim, a palavra anarquia pode ser usada tanto para expressar a condição negativa de ausência de governo quanto a condição positiva de não haver governo por ser ele desnecessário à preservação da ordem. (WOODCOCK, 1983, p. 8)

George W. menciona adiante um histórico dos termos, que não iremos desenvolver, mas que nos interessa, no trecho em que cita Proudhon, afirmando que este, em 1840, publicou um livro, *O que é propriedade?*, tornando-se “o primeiro homem a reclamar para si, voluntariamente, o título de anarquista”. (*Ibidem*, p. 9) Nessa obra, o francês entende que:

Assim como o homem busca a justiça na igualdade, a sociedade procura a ordem na anarquia. Anarquia – a ausência de um senhor, de um soberano – tal é a forma de governo da qual nos aproximamos a cada dia. (*Ibidem*, p. 10)

Ordem e anarquia, juntas, parecem esboçar uma contradição. Porém, apontam, segundo Woodcock, uma mudança de sentido por que passa os termos anarquismo, anarquia, pois, Proudhon,

ao conceber uma lei de equilíbrio atuando no interior da sociedade, repudia a autoridade por considerá-la não como uma amiga da ordem, mas sua inimiga e, ao fazê-lo, devolve aos partidários do autoritarismo as acusações lançadas contra os anarquistas, ao mesmo tempo em que adota o título que espera tê-lo livrado do descrédito. (*Ibidem*, p. 10)

As reflexões de Proudhon encontraram eco em muitos outros pensadores anarquistas, tais como, Bakunin e Kropotkin. E, apesar das variadas concepções acerca do assunto, da multiplicidade de, digamos, linhas, ou escolas, é possível rastrear, em todas, ideias em comum, que as une em torno de uma filosofia libertária, ou seja: a rejeição a toda autoridade, a toda forma de governo coercitiva, que prive o indivíduo de sua liberdade. E é também nesse sentido a abordagem que faremos dos escritos de Barthes em destaque no título desta análise.

Para a empreendermos, iniciaremos com uma exposição de *Aula* (1992), seguida de *O grau zero da escrita* (1986). O que nos levou a escolher os dois textos tem a ver com o fato de este ter sido concebido no início do percurso reflexivo do autor e aquele, no (quase) arremate de tal percurso. A seguir, numa comparação entre os dois, apontaremos a relação em comum que mantêm com o ideário anarquista.

2. *Aula: reflexões sobre língua e poder, semiologia e seu ensino*

Escrito para ser apresentado em sua aula inaugural, quando tomou posse, no Colégio de França, em 1977, da cadeira de Semiologia, naquele momento inaugurada, o texto *Aula* retém momentos fundamentais da obra de Roland Barthes. De entrada, ele comenta a alegria que sente por estar ali; primeiramente, por poder reencontrar, na lembrança ou em presença, com autores que lhe são caros, entre eles: Michelet, Maurice Merleau-Ponty, Emile Benveniste, Michel

Foucault. Depois, diz que a alegria se relaciona à sua entrada num lugar que está “fora do poder” (BARTHES, 1992, p. 8), enfatizando que o professor, lá, “não tem outra atividade senão a de pesquisar e de falar” (*Ibidem*, p. 8).

A partir dessa fala inicial, o estudioso inicia a palestra, enfatizando a relação existente entre língua/linguagem e poder, observando, em princípio, que este não pode ser compreendido no singular, pois se apresenta nos múltiplos mecanismos das trocas sociais. Confiramos o que diz o palestrante:

[...] chamo discurso de poder todo discurso que engendra o erro e, por conseguinte, a culpabilidade daquele que o recebe. Alguns esperam de nós, intelectuais, que nos agitemos a todo momento contra o Poder; mas nossa verdadeira guerra está alhures: ela é contra *os* poderes, e não é um combate fácil: pois, plural no espaço social, o poder é, simetricamente, perpétuo no tempo histórico: expulso, extenuado aqui, ele reaparece ali; nunca perece; façam uma revolução para destruí-lo, ele vai imediatamente reviver, re-germinar no novo estado de coisas. A razão dessa resistência e dessa ubiquidade é que o poder é o parasita de um organismo trans-social, ligado à história inteira do homem, e não somente à sua história política, histórica. Esse objeto em que se inscreve o poder, desde toda eternidade humana, é: a linguagem – ou, para ser mais preciso, sua expressão obrigatória: a língua. A linguagem é uma legislação, a língua é seu código. (*Ibidem*, p. 11-2)

Segue o autor afirmando que “a língua é fascista” (*Ibidem*, p. 14), pois obriga a dizer. Assertiva e gregária, ela tanto expõe a dúvida, a possibilidade, a suspensão de julgamento quanto, pela necessidade de reconhecimento, repete-se, guardando estereótipos. Nela, o sujeito é, ao mesmo tempo, mestre e escravo. “Servidão e poder se confundem inelutavelmente” (*Ibidem*, p. 15). Na linguagem, o homem é prisioneiro; sua liberdade só pode ocorrer fora dela. Mas esta não tem exterior, é fechada. Advém daí a necessidade de uma trapaça.

Tal trapaça, já desde a publicação de *O Grau Zero da Escritura*, de 1953, vinha delineada ao se ocupar da compreensão de escritura, reflexão fundamental dentro da sua obra. Já se pode vislumbrar o anúncio, nessas primeiras incursões barthesianas acerca da linguagem, de uma inclinação anarquista. O golpe primeiro ali desferido atingiria todo o seu percurso reflexivo, uma vez que a língua/linguagem, como alvo, sofreria, desde então, e sempre, deslocamentos, de forma que as repetições (donde seu caráter gregário) re-

cebessem, continuamente, o abalo de outra visada. O aceno anarquista está, portanto, atrelado à firme e declarada intenção de golpear o centro, lá onde os sentidos se repetem, onde habita o estereótipo, e o poder se resguarda e se perpetua.

Voltemos ao *Aula*, precisamente ao momento em que o mestre anuncia:

Essa trapaça salutar, essa esquiva, esse logro magnífico que permite ouvir a língua fora de seu poder, no esplendor de uma revolução permanentemente da linguagem, eu a chamo, quanto a mim: literatura (*Ibidem*, p. 16).

Sobre a literatura, ele assinala que exercita a liberdade, na medida em que desloca, desvia a ordem da linguagem. Três forças de liberdade (entre outras) residem nela (na literatura), libertando, pelo deslocamento, o texto literário: a *mathesis*, a *mimesis* e a *semiosis*.

Pela *mathesis*, “a literatura assume muitos saberes” (*Ibidem*, p. 18), fazendo-os girar e concedendo-lhes um lugar indireto, e nisso ela é realista. “Através da escritura o saber reflete incessantemente sobre o saber” (*Ibidem*, p. 19), dramatiza-se. No discurso da ciência, o saber se reproduz na ausência de um sujeito enunciador; no da literatura, um sujeito é ouvido, e “as palavras [...] são lançadas como projeções, explosões, vibrações, maquinarias, sabores: a escritura faz do saber uma festa” (*Ibidem*, p. 21).

Na *mimesis*, o que ocorre é a representação do real, ou melhor, a tentativa de representação, pois sendo o real uma ordem pluridimensional e a linguagem unidimensional não é possível o paralelismo entre ambos. Nesse caso, a literatura é irrealista – “acredita sensato o desejo do impossível” (*Ibidem*, p. 23). Utópica, portanto. A utopia não freia o poder; a utopia da língua pode ser recuperada “como língua da utopia” (*Ibidem*, p. 25). Ao autor resta o deslocamento e/ou a teimosia. Deslocando, faz a ordem girar; teimando, resiste-se ao estereótipo, afirmando o “irreduzível da literatura” (*Ibidem*, p. 26). Espia e movimento. Entrada no jogo, dramatização.

A terceira força, *semiosis*, “consiste em jogar com os signos” (*Ibidem*, p. 28). Promove uma heteronímia. Barthes descreve como “cúmulos de artifício” (*Ibidem*, p. 33), estereótipos, são produzidos por uma sociedade e, a seguir, transformados em “cúmulos de natureza” (*Ibidem*, p. 33), sentidos inatos. Tal força está voltada para o

texto, índice do despoder. Este conduz a palavra gregária para outro lugar, atópico, fora do centro, portanto, e “longe dos *topoi* da cultura politizada” (*Ibidem*, p. 35).

Um anarquismo – considera-se a etimologia do termo – pode ser detectado nas observações expostas. E este, pela trapaça, é realizado no texto literário. Não em todos, mas naqueles nos quais os signos sofrem constantes deslocamentos, salvando os textos da possibilidade de configuração de sentidos únicos, do carácter gregário, isto é, da repetição e do estereótipo.

A seguir, Barthes fala sobre a semiologia, a sua semiologia, “ao mesmo tempo *negativa* e *ativa*” (*Ibidem*, p. 36). Negativa, ou melhor, *apofática*: “Não porque ela negue o signo, mas porque nega que seja possível atribuir-lhe caracteres positivos, fixos, a-históricos, acorpóreos, em suma: científicos”. (*Ibidem*, p. 36-8)

Mantendo uma relação com a ciência, não como disciplina, ela, a semiologia, pode contribuir com as ciências, “propondo-lhes um protocolo operatório” (*Ibidem*, p. 38). Além, e já finalizando a palestra, Barthes sublinha o método e o ensino desse campo semiológico, que, sem se fixar, colabora com os saberes, mas não se firma como um saber.

3. O Grau Zero da Escritura: da escrita clássica ao neutro

Dividido em duas partes, o texto traz, na primeira, uma interrogação a respeito da escritura e uma explanação sobre as suas diversas formas: a política, a burguesa, a romanesca, a poética; na segunda, faz uma breve história da escritura, partindo do nascimento da “má consciência”, momento em que a escritura se torna possível, segundo sua visão, até a escritura de grau zero, neutra. Dessas duas etapas do livro, acolheremos a indagação acerca do que é a escritura e, depois, em brevíssimas palavras, sinalizaremos com a sua história.

Quando da indagação sobre o que é a escritura, Barthes, inicialmente, divisa a língua e o estilo. Sobre aquela, afirma estar aquém da literatura, e este, quase além. Acompanhemos o autor:

O horizonte da língua e a verticalidade do estilo desenham, portanto, para o escritor, uma natureza, pois ele não escolhe nenhum dos dois. A

língua funciona como uma negatividade, o limite inicial do possível; o estilo é como uma Necessidade que vincula o humor do escritor à sua linguagem. Naquela, ele encontra a familiaridade da História; neste, a de seu próprio passado. [...] entre a língua e o estilo, há lugar para outra realidade formal: a escritura. [Esta] é um ato de solidariedade histórica. [...] é a linguagem literária transformada por sua destinação social, é a forma apreendida na sua intenção humana e ligada assim às grandes crises da História. (BARTHES, 1986, p. 123-4)

Sendo um compromisso “entre uma liberdade e uma lembrança” (BARTHES, 1986, p. 125), a escritura é momento e duração. Seu aparecimento está atrelado à constituição de uma língua nacional, tornando-se “uma espécie de negatividade, um horizonte que separa o que é proibido do que é permitido, sem se interrogar mais acerca das origens ou das justificações desse tabu.” (*Ibidem*, p. 148)

Assim, a escritura clássica francesa, consolidada depois da nacionalização da língua, de cunho universalizante, voltada para a tradição, “não provocava nunca repulsa pela sua hereditariedade, sendo apenas um cenário feliz sobre o qual se elevava o ato do pensamento” (*Ibidem*, p. 148). Por volta de 1850, esse panorama começou a mudar devido mesmo às interferências históricas, que provocaram o nascimento de um “Trágico da literatura” (*Ibidem*, p. 150).

[...] a unidade ideológica da burguesia produziu uma escritura única e que nos tempos burgueses (isto é, clássicos e românticos), a forma não podia ser dilacerada, já que a consciência não o era; e que, pelo contrário, desde o momento em que o escritor deixou de ser uma testemunha do universal para tornar-se uma consciência infeliz (por volta de 1850), seu primeiro gesto foi escolher o engajamento da forma, seja assumindo, seja recusando a escritura de seu passado. A escritura clássica explodiu então e toda a Literatura, de Flaubert até hoje, tornou-se uma problemática da linguagem. (BARTHES, 1986, p. 118)

Tal preocupação com a forma leva a literatura a ser considerada como um objeto e isso faz com que ela provoque, então, sentimentos “que estão ligados ao fundo de qualquer objeto: sentido do insólito, familiaridade, repugnância, complacência, uso, assassínio” (*Ibidem*, p. 118). Passando por vários estágios, de Flaubert a Mallarmé, a literatura encontra em Camus um estilo da ausência, “a escritura se reduz então a uma espécie de modo negativo no qual os caracteres sociais ou míticos de uma linguagem são abolidos em benefício de um estado neutro e inerte da forma” (*Ibidem*, p. 161).

O último parágrafo de *O Grau Zero da Escritura*, no qual Barthes registra aquilo que, para ele, é característico nas modernas escrituras, aquelas mais próximas de nossa época atual, merece destaque:

Existe, portanto, em toda escritura presente, uma dupla postulação: há o movimento de ruptura e o de um advento, há o próprio desenho de toda situação revolucionária, cuja ambiguidade fundamental é que a Revolução deve tirar daquilo que quer destruir a própria imagem do que quer possuir. Como a arte moderna na sua totalidade, a escritura literária traz consigo, ao mesmo tempo, a alienação da História e o sonho da História: como Necessidade, ela atesta o dilaceramento das linguagens, inseparável do dilaceramento das classes: como Liberdade, ela é a consciência desse dilaceramento e o próprio esforço para ultrapassá-lo. Sentindo-se constantemente culpada de sua própria solidão, ela não deixa de ser uma imaginação ávida de uma felicidade das palavras; precipita-se para uma linguagem sonhada cujo frescor, por uma espécie de antecipação ideal, representaria a perfeição de um novo mundo adâmico, em que a linguagem não mais seria alienada. A multiplicação das escrituras institui uma Literatura nova, na medida em que esta só inventa sua linguagem para ser um projeto: A Literatura torna-se a Utopia da linguagem. (*Ibidem*, p. 167)

Se, nesse momento, o de *O Grau Zero da Escritura*, Barthes ainda mantinha, no desenvolvimento de suas propostas teóricas, um vínculo com o pensamento marxista, como bem pode ser flagrado no parágrafo acima, à frente, tal vínculo se torna tênue para, finalmente, ceder, dando lugar a um questionamento e uma produção que podem, seguramente, ser acolhidos dentro de uma perspectiva anárquica. A utopia, por exemplo, será preterida pela atopia, o “habitação em deriva” (BARTHES, 2003, p. 62), o esfacelamento do sentido, a pluralidade das diferenças, enfim, os deslocamentos.

4. Aula e *O Grau Zero da Escritura*: lições de um anarquista

Leila Perrone-Moisés, em artigo escrito para a edição especial da Revista Cult dedicada a Roland Barthes, em março de 2006, comenta:

A teoria barthesiana é, portanto, uma teoria mutante, que evolui e se transforma ao longo dos anos. Por isso é impróprio chamar Barthes de crítico marxista sociológico ou de semiólogo, porque essas denominações corresponderiam apenas a determinadas fases de sua carreira. Embora sempre em transformação, o teórico Barthes conservou as lições das

fases abandonadas. Mesmo sendo cada vez mais avesso ao dogmatismo marxista, a fundamentação principal de sua teoria será sempre ética e politicamente de esquerda. [...] Presenças constantes em seus textos, dos primeiros até os últimos, são as palavras “história” e “crítica”, que ele tentará, incansavelmente, aliar às palavras “corpo”, “desejo” e “prazer” (PERRONE-MOISÉS, 2006, p. 46)

A essas presenças constantes citadas por Leila, acrescentamos aquela que, segundo nossa visão, transmite uma preocupação fundamental que atravessa toda a obra de Barthes: a liberdade, ou melhor, a sua falta. Sendo assim, os dois trabalhos aqui em foco, embora separados por um intervalo de vinte e cinco anos, se aproximam, na medida em que, em ambos, o aceno libertário está presente. Está lá em *O Grau Zero da Escritura*, ao expor a noção de escritura e fazer o elogio do grau zero, do neutro da escrita, e em *Aula*, palestra inteiramente dedicada à discussão em torno das relações entre língua e poder.

A persistente busca da liberdade na língua, na linguagem, fez com que Barthes se voltasse para o estudo da literatura, observando-a como uma “trapaça salutar”, um “logro magnífico”, através do qual nos é permitido vislumbrar, ainda que aprisionados no fechamento linguístico, uma aragem libertária. Daí, a “história” e a “crítica” serem palavras recorrentes em suas obras, bem como o “corpo”, o “desejo”, o “prazer”. Todas elas signos do aprisionamento e da trapaça.

Essa ênfase na liberdade, a mesma que o afastou, no dizer de Leila Perrone-Moisés, do dogmatismo marxista, mas não de uma postura politicamente de esquerda, é que caracteriza, segundo nossa visão, a obra de Barthes como anarquista, isto é, estreitamente vinculada aos princípios gerais e profundos que norteiam a chamada “filosofia libertária”. Para sustentar tal aferição, continuemos com as explicações de George Woodcock:

Descrever a teoria essencial do anarquismo é um pouco como tentar lutar com Proteu, pois as próprias características da atitude libertária – rejeição ao dogma, a deliberada fuga dos sistemas teóricos rígidos e, acima de tudo, a ênfase que dá à total liberdade de escolha, à primazia do julgamento individual – cria imediatamente a possibilidade de uma imensa variedade de pontos de vista, inconcebíveis num sistema rigorosamente dogmático. Na verdade, o anarquismo é a um só tempo diversificado e inconstante [...]. Como doutrina, muda constantemente, como movimento, cresce e se desintegra, em permanente flutuação, mas jamais se acaba. Existe na Europa desde 1840 ininterruptamente, e por suas

próprias características multiformes, conseguiu sobreviver onde muitos movimentos do século anterior, bem mais poderosos, mas com menor capacidade de adaptação, desapareceram totalmente. (WOODCOCK, 1983, p. 15)

Rejeição ao dogma, fuga a sistemas teóricos rígidos, ênfase na liberdade de escolha individual são três características essenciais ao pensamento anarquista, como nos mostra Woodcock. E não são elas também essenciais nos escritos de Barthes, nas ideias difundidas por ele em suas obras? Por mais que o estudioso se confessasse anarquista, apenas no sentido etimológico do termo, e avesso à militância, é possível afirmar que ele militou, em tudo o que escreveu, em favor do anarquismo, de forma profunda, podendo mesmo ser equiparado aos mais fervorosos defensores da causa, tais como: Proudhon, Kropotkin, Bakunin, Stirner, etc. Seus textos alimentam verdadeira propaganda das ideias anarquistas e, segundo aqueles que conviveram com Barthes, também em sua vida, em sua maneira de viver, a filosofia libertária se fez presente.

A própria inconstância dos movimentos, a multiplicidade e as divergências encontradas nas diferentes linhas do pensamento anarquista são características presentes nas produções barthesianas. Afinal, deslocamentos, variações e mutações, anunciados por Woodcock em relação ao anarquismo, também são pontos fundamentais defendidos por Roland Barthes. Novamente, recorremos a Woodcock:

Proudhon diverge dos verdadeiros anarquistas individualistas por considerar a história em seu aspecto social e, apesar de sua entusiástica defesa das liberdades individuais, pensa em termos de associação: “Para que eu possa permanecer livre, para que eu não esteja sujeito a nenhuma lei exceto aquelas que eu mesmo tenha criado e para que eu me governe, diz ele – é preciso reconstruir o edifício da sociedade, tendo como base a ideia do Contrato.” (*Ibidem*, p. 17)

Sobre o contrato, podemos ler em um fragmento do *Roland Barthes por Roland Barthes*:

Elogio ambíguo do contrato – A primeira imagem que ele tem do contrato é, em suma, objetiva: o signo, a língua, a narrativa, a sociedade funcionam por contrato, [...]. [Este] permite a regra de ouro de toda habitação, decifrada no corredor de Shikidai: “nenhum querer-agarrar e, no entanto, nenhuma oblação.” (BARTHES, 2003, p. 72-3)

A reflexão a respeito do contrato, em ambos, Proudhon e Barthes, tem em comum a convivência social espontânea, de forma que o indivíduo, vivendo em livre associação, não se perca de si mesmo.

Na verdade, a noção de contrato, tal como a desenvolvida por Rousseau, era rejeitada pela maior parte dos teóricos anarquistas. Bem como a noção de comunismo de Marx e, até mesmo, a ideia de utopia, na medida em que esta é “uma construção mental rígida que, se bem sucedida, demonstraria ser tão prejudicial ao livre desenvolvimento dos que lhe estivessem sujeitos quanto qualquer outro dos sistemas já existentes” (WOODCOCK, 1983, p. 20)

Aquela ideia de utopia exposta no último parágrafo de *O grau zero* vem revista no *Roland Barthes por Roland Barthes*, no fragmento dedicado, especificamente, a esse tópico.

Para que serve a utopia- [...] No *grau zero*, a utopia (política) tem a forma (ingênu?) de uma universalidade social, como se utopia só pudesse ser o contrário estrito do mal presente, como se, à divisão, só pudesse responder, mais tarde, a indivisão; mas desde então, embora vaga e cheia de dificuldades, uma filosofia pluralista vem à luz: hostil à massificação, voltada para a diferença, fourierista, em suma; a utopia (sempre mantida) consiste então em imaginar uma sociedade infinitamente parcelada, cuja divisão não fosse mais social e, portanto, não fosse mais conflituosa. (BARTHES, 2003, p. 91)

Barthes cita Fourier, do qual, certas ideias, principalmente essa sobre a utopia, foram incorporadas pelo ideário anárquico. A reflexão fourierista sobre como fazer com que os homens trabalhem por amor e não apenas por dinheiro penetrou nas discussões anarquistas e nas perquirições barthesianas. Na obra acima citada, o escritor, no fragmento “Uma sociedade de emissores”, afirma que “o gozo de escrever, de produzir, assalta de todos os lados; mas como o circuito é comercial, a produção livre continua estrangulada, [...]” (BARTHES, 2003, p. 94). A seguir, menciona a “cena utópica de uma sociedade livre (onde o gozo circularia sem passar pelo dinheiro), [...]” (*Ibidem*, p. 94). Assim, o trabalho por prazer, por amor (este também requisitado por Barthes), e não como simples parte de um contrato comercial, também encontra eco nas considerações propostas por Roland Barthes.

Para finalizarmos nossas considerações tecidas em torno dos textos de Barthes em diálogo com as concepções construídas pelos

adeptos da filosofia libertária, assinalamos que, em Barthes, todos os questionamentos estão voltados para aquilo que ele destacou na sua aula inaugural: a relação entre a língua e o poder. Assim, inúmeros tópicos que movimentam a propaganda e a ação anarquista são tratados, pelo pensador francês, como construções da linguagem e nesse sentido devem ser analisados.

5. *Língua, linguagem, escritura e poder: epílogo*

Enfim, pensamos que os trechos recolhidos nos textos de Barthes, postos ao lado das anotações de Woodcock, possam dar uma noção do que requisitamos no título deste trabalho: a relação profunda existente entre as ponderações barthesianas e as concepções mais caras e fundamentais ao pensamento anárquico. Tal relação pode ser verificada tanto nas indagações do mestre francês quanto na construção destas.

Em *Aula*, e também já em *O Grau Zero da Escritura*, bem como em *Roland Barthes por Roland Barthes*, e todos os outros estudos produzidos por Barthes, no entremeio dessas obras, as compreensões veem embaladas (toma-se a palavra em seu sentido duplo) pela permanente e recorrente noção de escolha, de liberdade, ainda que esta apenas de viés, como trapaça ou logro, possa ser vislumbrada.

De qualquer forma, estarão lá: a rejeição ao dogma, aos sistemas teóricos fixos e rígidos e a ênfase na liberdade do indivíduo. E, se, em *O Grau Zero da Escritura*, apareciam em rascunho, como tê-nue fio d'água correndo em direção ao mar, ao longo do tempo, foram ganhando força, encorpando-se, virando caudaloso rio, que pode ser navegado em *Aula*, no *Roland Barthes por Roland Barthes* e em outros escritos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AULETE, Caldas. *Dicionário Caldas Aulete da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007.

BARTHES, Roland. *Aula*. 6. ed. Trad. Leila Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1992.

_____. *O grau zero da escritura*. 3. ed. Trad. Heloysa de Lima Dantas e Anne Arnichand e Álvaro Lorencini. São Paulo: Cultrix, 1986.

_____. *Roland Barthes por Roland Barthes*. Trad. Leila Perrone-Moisés. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

PERRONE-MOISÉS, Leila. Roland Barthes e o prazer da palavra. *Revista Cult*. Edição especial. São Paulo, n.100, p. 42-6, mar. 2006.

WOODCOCK, George. *Anarquismo*. Uma história das ideias e movimentos. Trad. Júlia Tettamanzy. Porto Alegre: L&PM, 1983.